

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/304248142>

Monte dos Castelinhos e a conquista romana na Ulterior. In Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.” Museu...

Article · January 2015

CITATIONS

2

READS

148

1 author:



João Pimenta

University of Lisbon

86 PUBLICATIONS 98 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE) [View project](#)



Fenícios no Estuário do Tejo [View project](#)

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO
DE MONTE DOS CASTELINHOS
VILA FRANCA DE XIRA

EM BUSCA
DE *Ierabriga*



MONTE DOS CASTELINHOS E A CONQUISTA ROMANA NA ULTERIOR

“O período das guerras civis entre César e os partidários de Pompeio parece ter sido, apesar dos combates e da insegurança, uma época decisiva para a romanização da Lusitânia.”

(ALARCÃO, 1988, P. 27)

Decorridos sete anos de investigação no Monte dos Castelinhos, podemos afirmar com alguma segurança que se assistiu em meados do século I a.C. à construção de raiz neste promontório, de um estabelecimento de dimensões consideráveis, mais de 10 hectares, numa área de grande valor estratégico e implantado de forma equidistante em relação aos dois principais núcleos habitacionais do vale do Tejo, as cidades de *Olisipo* e *Scallabis* (VER FIG. 1).

Este dado não é despreciando e não cremos de todo ser um acaso. Antes pelo contrário, perante a informação disponível, parece que esta localização é escolhida, precisamente após o conflito Sertoriano (80-72 a.C.), para a fundação de uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação. Este novo estabelecimento surge assim, no contexto de uma efetiva reorganização da estratégia das áreas ocupadas, ainda mal conhecido, mas que começa a desenhar-se como um processo de apropriação do território que pode ser apelidado de verdadeira “re-fundação” do poder de Roma no extremo ocidente (Ver Fabião, 1998, p. 288).

A reforçar esta leitura, no Vale do Tejo assiste-se após o episódio Sertoriano, ao abandono da base operacional de Cáceres El Viejo e de Chões de Alpompé. Verificando-se como contraponto, o emergir de novas centralidades como a base operacional em *Scallabis*, e o acampamento militar de Alto dos Cacos.

Apesar de as principais movimentações militares decorrentes do conflito Sertoriano, terem decorrido fora do território português. Diversos entesouramentos descobertos na península de Lisboa e vale do Tejo, remetem-nos para uma situação de instabilidade generalizada durante este conflito que se estende até à zona de Aveiro e que já foi trazida à coação para interpretar eventuais movimentações militares e incursões do governador da Ulterior, Q. Cecilio Metelo nesta zona. Não deixa de ser interessante reforçar, que na envolvente a Castelinhos onde são conhecidos diversos povoados fortificados indígenas com origens na Idade do Ferro, são conhecidos dois tesouros desta época. O Tesouro de Santana da Carnota, datado de 76 a.C. e o tesouro de Pinhal Alvarinho – Alenquer de datação mais incerta, mas que tem vindo a ser associado a esta fase.



FIG. 158 Vista geral das estruturas romanas da Sondagem 4.

Podemos assim, colocar a hipótese de enquadramento histórico, de termos uma fundação, para o primeiro desenho urbano de Castelinhos, em data enquadrada após o ocaso do conflito Sertoriano, (72 a.C.) e a presença de Júlio César na Província da Ulterior como pretor (60-61 a.C.). Temos que ter presente, que após a morte de Sertório e da derrota do seu legado Perpenna, a Península Ibérica parece ter atravessado um período de abrandamento nos conflitos precisamente neste período.

Face às consistentes evidências estratigráficas e estruturais, constata-se que apenas alguns anos, (no máximo quatro décadas), depois da edificação deste estabelecimento se assiste à sua brusca destruição resultante de um conflito bélico.

É nestes níveis de destruição que surgem diversos elementos de armamento militar itálico, tais como projéteis de catapulta, um *scutum* romano, glandes de funda em chumbo, um *pilum*, e lanças em ferro. Assim como *militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como fíbulas, fivelas de armadura, fechos de cinturão e tachas de calças.

Este cenário de todo inédito para o vale do Tejo, levanta um amplo quadro de questões que nos encontramos a tentar clarificar e que se prendem com a interpretação da funcionalidade e relevância deste sítio arqueológico.

Tendo em conta os dados do seu urbanismo, parece-nos consistente que na sua génese, Castelinhos se assume como um núcleo de cariz urbano destinada a alojar uma população exógena a este espaço. Contudo, as evidências de uma presença militar são fortes, autorizando-nos a supor o estabelecimento neste local de uma guarnição militar de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo da transitabilidade na península de Lisboa e no baixo Tejo.

A proposta da existência de guarnições militares em povoados, durante o período tardo republicano, não é nova, tendo nos últimos anos sido reforçada pelos trabalhos de Carlos Fabião. Segundo o mesmo autor, as Lucernas e as moedas de liga de cobre, (ambas bem atestadas em Castelinhos), revelam-se “(...) um interessante indicador dos processos de assimilação cultural, mas também de distinção entre locais onde se instalaram romanos em número significativo e com carácter mais ou menos permanente (entenda-se, atendendo à época, sítios onde estiveram contingentes militares romanos) e outros, que receberam somente artigos de origem itálica.” (Fabião, 2002, p. 127).

A extensão da área já intervencionada, a par da coerência e articulação das estruturas, permite tecer algumas observações sobre a arquitetura do sítio.

Um dos elementos, a nosso ver, mais contundentes, resulta da análise e levantamento topográfico das estruturas identificadas em diversos pontos do sítio. De

FIG. 159 Visita a Castelinhos no âmbito do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo, a 20 de Setembro de 2013.



facto, a análise desta informação, atesta que a edificação deste sítio arqueológico obedece a um plano predefinido de cariz ortogonal que denota um elevado padrão de romanização. Padrão esse que se encontra plasmado, quer na planta dos edifícios, quer nos seus acabamentos, ou materiais de construção.

O esforço para implantação deste urbanismo é significativo, visto estarmos em grande parte da área perante uma encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos foram construídos em socalcos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito.

As técnicas de construção identificadas evidenciam uma longa tradição mediterrânica, sendo as paredes constituídas por um soco de pedra seca, sobre o qual assentam paredes de adobe e taipa.

Perante as evidências estratigráficas, é verosímil que Monte dos Castelinhos tenha sido destruído nos finais do século I a. C. A análise do colapso dos seus edifícios, assim como a associação de inúmeros elementos de armamento a estes níveis, leva-nos a interpretar podermos estar perante uma destruição resultante de um conflito bélico. Como interpretar estas evidências face ao silêncio das fontes?

Face ao seu enquadramento cronológico, este episódio pode ser correlacionada com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na Ulterior resultante da instabilidade reinante no ocidente durante este período.

Para contextualizar este conflito temos que recuar ao ano de 56 a.C., data da conferência de Luca. Aí três das mais fortes personalidades de Roma dividiram entre si as províncias. A Júlio César coube a Gália, Gneu Pompeio obteve as duas Hispânicas e Marco Licínio Crasso a Síria.

Pompeio, delegou em Lúcio Afrânio o governo da província da Citerior e em Marco Varrão e Petreio o da Ulterior. Segundo as fontes Petreio, com duas legiões, ocupava a Vetónia e a Lusitânia. A repartição dos três legados pela província parece sugerir que a Ulterior oferecia ainda alguns problemas à administração romana.

Esta informação é particularmente elucidativa, pois atesta, que a partir desta época já existiam instalações militares de carácter permanente nesta região. Sendo esta realidade contrária aos dados fornecidos pelas fontes para épocas anteriores, em que as legiões limitavam-se a percorrer estes territórios durante as campanhas militares, retirando-se em seguida para os aquartelamentos instalados em áreas mais meridionais já de há longa data submetidos.

A derrota e morte de Crasso na Síria em 53 a.C., bem como a consequente apropriação dos estandartes das suas legiões tiveram fortes repercussões em Roma. Com o seu desaparecimento quebra-se o equilíbrio da balança, passando o poder a ser disputado entre César e Pompeio.

Desde 52 a.C. Pompeio mantinha-se em Roma, enquanto César conduzia uma fulgurante campanha de conquista na Gália. Vencidos os Gauleses, César aspirou ao consulado. Contudo, o senado tomando o partido de Pompeio tentou limitar as suas aspirações políticas. Assim, em 49 a.C., desobedecendo às ordens que recebera, César regressou a Roma com os seus exércitos, desencadeando assim uma nova guerra civil.

Pompeio, partiu para a Grécia, e César decide de forma sábia, que antes de enfrentar o seu rival teria que destruir as suas principais forças. Com esse objetivo dirigiu-se à Hispânia para enfrentar as legiões fiéis a Pompeio.

Afrânio e Petreio concentram o grosso das tropas ao norte do vale do rio Ebro, enquanto Varrão com as restantes, se fortificou na região da atual Andaluzia. César

à frente de um exército extremamente motivado desbaratou estas forças sem grandes dificuldades e abandonou a península, deixando-a à guarda de um dos seus homens de confiança, Cássio Longino.

César avança para o Oriente, onde venceu o seu rival na Batalha de Farsália, na Macedónia, no ano de 48 a.C.

Pela mesma altura na Hispânia, Cássio Longino enfrentava problemas de instabilidade. Em 48 a.C. dirigiu uma campanha militar contra a cidade de Medobrega na zona do Monte Hermínio. Na sequência desta guerra, instalou os seus exércitos em acampamentos permanentes na Lusitânia. Veio a enfrentar, contudo, crescentes dificuldades, segundo algumas fontes, por ter exercido de forma assaz autoritária o seu poder.

Em 47 a.C. os filhos do general Pompeio entretanto morto no Egipto, decidem alterar o palco do conflito, regressando à Hispânia e reacendendo aqui a guerra contra César. O agora ditador teve de regressar à Península para combater os seus opositores. Vencendo-os no ano de 45 a.C. na sangrenta batalha de Munda (nos arredores de Sevilha). Apesar de esmagadora, esta derrota não colocou um fim nos conflitos. Sexto Pompeio conseguiu escapar e angariou um novo exército na Ulterior, tendo ainda oferecido resistência ao governador deste território. Em 44 a.C. embarca para a Sicília onde irá continuar as hostilidades com Roma até ser executado por traição em 35 a.C.

Com a saída de Sexto Pompeio, os governadores da Ulterior puderam dedicar-se à pacificação deste território. As fontes falam-nos da celebração de triunfos em Roma pelos governadores provinciais nos anos compreendidos entre 39 e 29 a.C., atestando assim a existência de conflitos na Hispânia.

A sequência e geografia dos conflitos relatados nas fontes clássicas, ainda que nos permitam servir de pano de fundo para contextualizar as realidades detetadas em Castelinhos, não nos permitem de todo, associá-las diretamente a um momento concreto. Sendo assim, ainda que seja aliciante, ver na destruição de Castelinhos os sinais do conflito entre Júlio César e os filhos de Pompeio, por agora tal é apenas uma hipótese de trabalho que carece de fundamentação mais categórica.



